

Nº da proposição 00117/2012

Data de autuação 26/12/2012

Assunto principal: PROPOSIÇÕES Assunto: MENSAGENS

Autor: PODER EXECUTIVO

#### Ementa:

ORIUNDO DA MENSAGEM N.º 7.452 - AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

#### Comissão temática:

COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO



	LEGISLATIVO PARA NO EXPEDIENTE
Deputado	Roberto Cláudio

MENSAGEM Nº 7.452 , de 26 de DEZEMBRO de 2012.

Senhor Presidente,

Apraz-me submeter a exame e deliberação dessa Augusta Assembléia Legislativa, por intermédio de V. Exa., o anexo projeto de Lei que autoriza a abertura de crédito especial, em conformidade com o que dispõe o inciso II do § 1°, do art. 43 da Lei Federal nº 4.320/64 no montante de R\$ 2.500.000,00 (DOIS MILHÕES E QUINHENTOS MIL REAIS).

Em virtude da negativa da Prefeitura Municipal de Fortaleza em realizar a tradicional festa de *reveillon*, e considerando que este evento tem reconhecimento nacional, atrai turistas e gera renda para toda a cadeia do *trade* turístico, o Estado assumiu a responsabilidade de realizar tal evento.

Para tanto será necessário a criação de Ação denominada "Realização de Eventos de Final de Ano – *Reveillon* de Fortaleza" no orçamento da Casa Civil.

Convicto de que essa Augusta Casa Legislativa emprestará seu imprescindível apoio à anexa propositura, valho-me do ensejo para reiterar a V. Exa. e a seus eminentes pares, protestos de elevada estima e distinta consideração.

Palácio Iracema, do Governo do Estado do Ceará, aos \_\_\_\_ dias do mês de \_\_\_\_ de 2012.

Cid Gomes GOVERNADOR

À Sua Excelência o Senhor Deputado Roberto Cláudio Rodrigues Bezerra PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ P



### PROJETO DE LEI

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

- Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito especial à Casa Civil no valor de R\$ 2.500.000,00 (DOIS MILHÕES E QUINHENTOS MIL REAIS), na forma do Anexo I.
- Art. 2º O recurso para atender a despesa prevista nesta Lei decorre do excesso de arrecadação do ICMS.
- Art. 3º A inclusão dos valores consignados ao programa e ação na forma do Anexo I desta Lei fica incorporada ao Plano Plurianual 2012 - 2015 em conformidade com o disposto no art. 10, § 4º da Lei Estadual nº 15.109, de 02 de janeiro de 2012.
- Art. 4º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar em até 25% o crédito especial aprovado nesta Lei.
  - **Art. 5º** Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.
  - Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO DA ABOLIÇÃO, DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ,

em Fortaleza.

de

de 2012

Cid Gomes GOVERNADOR

2 de 22

### 🚽 Secretaria do Planejamento e Gestão do Estado do Ceará - SEPLAG Sistema Integrado de Orçamento e Finanças - SIOF - Módulo de Créditos Orçamentários

III A QUE SE REFERE O ART. 1º DO DECRETO Nº DE **CRÉDITO SUPLEMENTAR - DIRETAS** 

Secretaria:

30000000 Órgão: 30000000

**CASA CIVIL** 

Unid. Orçamentária: 30100002

**CASA CIVIL** 

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

Função / Subfunção / Programa

04.131.035 COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL E APOIO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS

Ação

15693 Realização de Eventos de Final de Ano - Reveillon de Fortaleza

Despesa Região 01 REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA

**OUTRAS DESPESAS CORRENTES** 

Fonte Tipo Valor

2.500.000,00 00 0 Total da Unidade Orçamentária: 2.500.000,00

2.500.000,00 Total do Órgão: 2.500.000,00 Total da Secretaria:

Total do Movimento: 2.500.000,00





N° do documento: (S/N) Tipo do documento: DESPACHO

Descrição:DESPACHO DA LEITURA NO EXPEDIENTEAutor:99082 - DEPUTADO JOSE ALBUQUERQUEUsuário assinador:99082 - DEPUTADO JOSE ALBUQUERQUE

**Data da criação:** 26/12/2012 10:36:06 **Data da assinatura:** 26/12/2012 13:36:07



### **PLENÁRIO**

DESPACHO 26/12/2012

LIDO NA 1ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA DA 28ª LEGISLATURA, EM 26/12/12.

ENCAMINHE-SE À COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

DEPUTADO JOSE ALBUQUERQUE

1º SECRETÁRIO

Nº do documento: (S/N) Tipo do documento: INFORMAÇÂO

Descrição:ENCAMINHE-SE À PROCURADORIAAutor:99247 - HAMILTON VIEIRA MOTA JUNIORUsuário assinador:99247 - HAMILTON VIEIRA MOTA JUNIOR

**Data da criação:** 26/12/2012 10:44:43 **Data da assinatura:** 26/12/2012 13:44:45



## Assembleia Legislativa do Estado do Ceará

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO JUSTIÇA E REDAÇÃO

### INFORMAÇÂO 26/12/2012

COMISSÕES TÉCNICAS	CÓDIGO:	FQ-COTEC-034-00
FORMULÁRIO DE PROTOCOLO PARA PROCURADORIA	DATA EMISSÃO:	27/04/2012
	DATA REVISÃO:	27/04/2012
	ITEM NORMA:	7.2

#### **MATÉRIA:**

- MENSAGEM N° 117/2012
- PROJETO DE LEI N°.
- PROJETO DE INDICAÇÃO N°.
- PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N°
- PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N°.
- PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL Nº.
- PROJETO DE RESOLUÇÃO N°

**AUTORIA: PODER EXECUTIVO** 

Encaminha-se à Procuradoria para emissão de parecer.

Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

HAMILTON VIEIRA MOTA JUNIOR

Youngs V Mota Avia,

ASSESSOR (A) DA COMISSÃO

N° do documento: (S/N) Tipo do documento: PARECER DA PROCURADORIA (1 ASSINATURA)

**Descrição:** PARECER - PROP 117 - CREDITO ESPECIAL - REVEILLON

**Autor:** 99477 - BRUNO LIMA DE OLIVEIRA

Usuário assinador: 99209 - RENO XIMENES

**Data da criação:** 26/12/2012 10:53:34 **Data da assinatura:** 26/12/2012 13:59:54



PROCURADORIA - GERAL

PARECER DA PROCURADORIA (1 ASSINATURA) 26/12/2012

#### **PARECER**

Da PROCURADORIA, sobre a **Proposição 117**, oriunda da **Mensagem nº 7.452 de 2012**, do Exmo. Sr. Governador do Estado, que *autoriza a abertura de crédito especial e dá outras providências*.

## 1. RELATÓRIO

Vem ao exame desta Procuradoria, nos termos regimentais, a <u>Mensagem nº 7.452/1</u>2 do Exmo. Sr Governador do Estado, que submete à apreciação do Poder Legislativo projeto de lei que "autoriza a abertura de crédito especial e dá outras providências."

O chefe do Poder Executivo estadual justifica a proposta nos seguintes termos:

Em virtude da negativa da Prefeitura Municipal de Fortaleza em realizar a tradicional festa de *réveillon*, e considerando que este evento tem reconhecimento nacional, atrai turistas e gera renda para toda a cadeira do *trade* turístico, o Estado assumiu a responsabilidade de realizar tal evento.

Para tanto, será necessário a criação de Ação denominada "Realização de Eventos de Final de Ano – *Reveillon* de Fortaleza" no orçamento da Casa Civil.

## 2. ANÁLISE

#### 2.1 DA CONSTITUCIONALIDADE MATERIAL

O projeto de lei apresentado visa a autorizar o Governador do Estado a abrir credito especial no valor de R\$ 2.500.000,00 (Dois milhões e quinhentos mil reais).

Nesse aspecto, a abertura de crédito especial, ou seja, aquele não previsto ordinariamente no orçamento, depende de autorização legislativa, exigência esta que o chefe do Poder Executivo busca atender com o presente Projeto de Lei.

De fato, essa é a determinação do art. 205, inciso IV, da Constituição do Estado do Ceará, em total consonância com o art. 167, V, da Constituição Federal, *in verbis:* 

Art. 205. São vedados:

IV - a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;

Além disso, a Lei federal nº 4.320/64 ressalta esse aspecto e estabelece os recursos que servirão para abertura dos créditos especiais, que não deverão estar comprometidos, nesses exatos termos:

Art. 40. São créditos adicionais, as autorizações de despesa não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento.

Art. 41. Os créditos adicionais classificam-se em:

I - suplementares, os destinados a refôrço de dotação orçamentária;

# II - especiais, os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica;

III - extraordinários, os destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública.

# Art. 42. Os créditos suplementares e especiais serão autorizados por lei e abertos por decreto executivo.

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa.

§ 1° Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos:

I - o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;

#### II - os provenientes de excesso de arrecadação;

III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei;

IV - o produto de operações de credito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realiza-las.

(...)

Importa demonstrar que a proposição cumpre aos mandamentos legais e constitucionais referidos que subordinam a autorização para abertura de crédito especial à indicação dos recursos disponíveis

correspondentes, **restando tal requisito cumprido pelo art. 2º da propositura,** decorrentes de excesso de arrecadação do ICMS.

Do mesmo modo, o art. 3º do projeto, ao determinar que as inclusões dos valores consignados aos programas e ações, na forma do anexo I da proposição, ficam incorporados ao Plano Plurianual vigente, observa o disposto no art. 5º, § 5,º da Lei de Responsabilidade Fiscal, bem como os artigos 4º, 7º e 8º da Lei Estadual nº. 14.053/2008 e suas alterações posteriores.

#### 2.1 DA CONSTITUCIONALIDADE FORMAL SUBJETIVA

Além disso, não é demais observar que a iniciativa para veicular créditos adicionais é privativa e indelegável do chefe do Poder Executivo, emoldurando-se na *indirizo generale di* governo de que fala o professor Manoel Gonçalves Ferreira Filho.

Outrossim, trata-se de matéria de natureza orçamentária, a qual se cinge inexoravelmente à iniciativa do Chefe do Poder Executivo, tudo na conformidade do art. 60, §2°, e da Constituição do Estado do Ceará.

Destarte, o projeto em questão tem como escopo a observância do princípio da legalidade, consubstanciada na necessidade de autorização através de lei específica para a efetivação da medida pretendida, sendo inteiramente viável do ponto de vista jurídico-constitucional, quer em relação a sua iniciativa, quer na sua formalização.

## 3. CONCLUSÃO

Em face do exposto, entendemos que a **Mensagem n° 7.452/12** se encontra em perfeita harmonia com os ditames jurídico-constitucionais e de técnica legislativa, pelo que somos de **PARECER FAVORÁVEL** à sua normal tramitação nesta Assembleia Legislativa.

É o parecer que submetemos à consideração da douta Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

Procuradoria da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará.

**RENO XIMENES** 

PROCURADOR

Nº do documento: (S/N) Tipo do documento: MEMORANDO

Descrição: DESIGNAR RELATOR

**Autor:** 99247 - HAMILTON VIEIRA MOTA JUNIOR

**Usuário assinador:** 99078 - SÉRGIO AGUIAR

**Data da criação:** 26/12/2012 11:04:02 **Data da assinatura:** 26/12/2012 14:17:10



## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO JUSTIÇA E REDAÇÃO

## MEMORANDO 26/12/2012

COMISSÕES TÉCNICAS	CÓDIGO:	FQ-COTEC-025-02
	DATA EMISSÃO:	27/04/2012
MEMORANDO DE INDICAÇÃO DE RELATOR SEM ESTUDO TÉCNICO	DATA REVISÃO:	11/10/2012
TECHCO	ITEM NORMA:	7.2

(CCJR)

A Sua Excelência o(a) Senhor(a) Deputado(a) Danniel Oliveira

Assunto: Designação para relatoria de matéria

Senhor(a) Deputado(a),

- 1. Conforme prevê o Art. 65, inciso IV do Regimento Interno dessa Casa Legislativa, designamos Vossa Excelência Relator(a) da referida matéria, lembrando-lhe o prazo regimental de 10 dias para a apresentação do Parecer (RI. Art. 82, inciso I).
- 2. Solicitamos, tão logo a matéria seja relatada, encaminhá-la à Comissão de Constituição, Justiça e Redação para a inclusão em Pauta, a qual será discutida e deliberada na reunião ordinária/extraordinária toda **quarta-feira**, às **15h 00min**., no Complexo de Comissões Técnicas.

Atenciosamente,

SÉRGIO AGUIAR

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

Nº do documento: (S/N) Tipo do documento: PARECER

**Descrição:** PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 117/12 ORIUNDA DA MENSAGEM Nº 7.452/12

Autor:99218 - DEP DANNIEL OLIVEIRAUsuário assinador:99218 - DEP DANNIEL OLIVEIRA

**Data da criação:** 26/12/2012 11:41:14 **Data da assinatura:** 26/12/2012 14:41:18



#### GABINETE DO DEPUTADO DANNIEL OLIVEIRA

## PARECER 26/12/2012

O Projeto de lei nº 117/2012, de autoria do Poder Executivo que solicita autorização de abertura de Crédito Especial para a criação de ações denominada "Realização de Eventos de Final de Ano – Réveillon de Fortaleza".

Não havendo nenhuma inconstitucionalidade ou impedimento Regimental, declaramos PARECER FAVORÁVEL.

DEP DANNIEL OLIVEIRA

DIL 12

DEPUTADO (A)

Nº do documento: (S/N) Tipo do documento: DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO

Descrição:POSIÇÃO DA COMISSÃOAutor:99078 - SÉRGIO AGUIARUsuário assinador:99078 - SÉRGIO AGUIAR

**Data da criação:** 26/12/2012 11:45:15 **Data da assinatura:** 26/12/2012 14:45:25



## Assembleia Legislativa do Estado do Ceará

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO JUSTIÇA E REDAÇÃO

DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO 26/12/2012

COMISSÕES TÉCNICAS	CÓDIGO:	FQ-COTEC-012-03
DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO	DATA EMISSÃO:	27/04/2012
	DATA REVISÃO:	11/10/2012
	ITEM NORMA:	7.2

( ) REUNIÃO ORDINÁRIA	( x ) REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA	
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTI	IÇA E REDAÇÃO	
MATÉRIA: MENSAGEM Nº 117/2012 (ORIUNDA DA MENSAGEM Nº 7452/12)		
AUTORIA: PODER EXECUTIVO		
RELATOR(A): DEPUTADO DANNIEL OLIVEIRA		
PARECER: FAVORÁVEL		

POSIÇÃO DA COMISSÃO: APROVADO PARECER DO RELATOR

SÉRGIO AGUIAR

Jergis Agrin

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

Nº do documento: (S/N) Tipo do documento: MEMORANDO

**Descrição:** INDICAÇÃO DE RELATOR COM URGÊNCIA

**Autor:** 99354 - LULA MORAIS **Usuário assinador:** 99354 - LULA MORAIS

**Data da criação:** 26/12/2012 11:51:58 **Data da assinatura:** 26/12/2012 14:52:06



### COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

## MEMORANDO 26/12/2012

COMISSÕES TÉCNICAS	CÓDIGO:	FQ-COTEC-028-02
MEMORANDO DE INDICAÇÃO DE RELATOR DE URGÊNCIA	DATA EMISSÃO:	15/05/2012
	DATA REVISÃO:	11/10/2012
	ITEM NORMA:	7.2

## COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

A Sua Excelência o Senhor Deputado Sérgio Aguiar

Assunto: Designação para relatoria de matéria

Senhor Deputado,

Conforme prevê o Art. 65, inciso IV do Regimento Interno dessa Casa Legislativa, designamos Vossa Excelência Relator da referida matéria.

Atenciosamente,



### **LULA MORAIS**

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Nº do documento: (S/N) Tipo do documento: PARECER

**Descrição:** PARECER DO RELATOR

Autor: 99208 - DEPUTADO SERGIO AGUIAR
Usuário assinador: 99208 - DEPUTADO SERGIO AGUIAR

**Data da criação:** 26/12/2012 11:59:19 **Data da assinatura:** 26/12/2012 14:59:20



#### GABINETE DO DEPUTADO SÉRGIO AGUIAR

PARECER 26/12/2012

#### Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação

EMENTA: AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

#### PROPOSIÇÕES Nº 117/2012

#### I – RELATÓRIO (exposição da matéria – Art. 102, §1°, I, do Regimento Interno)

Trata-se de Mensagem de autoria do Poder Executivo que autoriza a abertura de crédito especial e da outras providências.

Na justificativa do projeto, a mencionada autora destaca: "Em virtude da negativa da Prefeitura de Fortaleza em realizar a tradicional festa de réveillon, e considerando que este evento tem reconhecimento nacional, atrai turistas e gera renda para toda a cadeia do trade turístico, o Estado assumiu a responsabilidade de realizar tal vevento."

Sendo assim, a Comissão de Constituição, Justiça e Redação desta casa, em reunião ordinária realizada na data de 26 de dezembro de 2012, aprovou a presente proposição, seguindo o voto do Danniel Oliveira (relator designado pela comissão).

Vale esclarecer que, consoante o disposto no artigo 48, inciso I, do Regimento Interno, compete à CCJ a análise dos aspectos constitucional, legal, jurídico, regimental e de técnica de redação legislativa de projetos, **competindo à análise do mérito as demais comissões.** 

Em regular tramitação, em 26 de dezembro de 2012, a <u>Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação</u> encaminhou a este Gabinete Memorando, por meio do qual fui designado relator do projeto em estudo, em obediência ao que rezam os artigos 82, I e 83 do Regimento Interno, sendo-me concedido o prazo de 10 dias para a elaboração de parecer acerca do **mérito** desta proposição legislativa.

É a síntese necessária.

#### II - VOTO (Art. 102, §1°, II, Do Regimento Interno)

Feitas estas breves considerações iniciais, como membro da <u>Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação</u> da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, passo a emitir parecer acerca do mérito do projeto ora examinado.

Não podemos deixar de reconhecer o relevante interesse público da proposição que nos é apresentada pois sem sombra de dúvida a tradicional festa de reveilon, além de ter um reconhecimento nacional, atrai turista e gera renda para toda a cadeia do trade turístico cearense.

Face o exposto, apresento parecer **FAVORÁVEL** à regular tramitação da Proposição nº 117/2012, por representar medida de elevado interesse público.

É o parecer

DEPUTADO SERGIO AGUIAR

Jergis Aguir

DEPUTADO (A)

Nº do documento: (S/N) Tipo do documento: DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO

Descrição:DELIBERAÇÃO DA COFTAutor:99354 - LULA MORAISUsuário assinador:99354 - LULA MORAIS

**Data da criação:** 26/12/2012 12:02:55 **Data da assinatura:** 26/12/2012 15:03:02



COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO 26/12/2012

COMISSÕES TÉCNICAS	CÓDIGO:	FQ-COTEC-012-03
DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO	DATA EMISSÃO:	27/04/2012
	DATA REVISÃO:	11/10/2012
	ITEM NORMA:	7.2

( ) REUNIÃO ORDINÁRIA	( X ) REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA	
COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇ	ÇAS E TRIBUTAÇÃO	
MATÉRIA: Mensagem Nº 117/2012 (oriun	nda da Mensagem Nº 7.452)	
AUTORIA: Poder Executivo		
RELATOR: Sérgio Aguiar		
PARECER: Favorável		

POSIÇÃO DA COMISSÃO: Aprovado paracer do relator.

**LULA MORAIS** 

pulouvoras.

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

N° do documento: (S/N) Tipo do documento: DESPACHO

Descrição:DESPACHO DA DELIBERAÇÃO NO PLENÁRIOAutor:99082 - DEPUTADO JOSE ALBUQUERQUEUsuário assinador:99082 - DEPUTADO JOSE ALBUQUERQUE

**Data da criação:** 27/12/2012 08:31:59 **Data da assinatura:** 27/12/2012 11:32:11



### **PLENÁRIO**

## DESPACHO 27/12/2012

Aprovado em Discussão Inicial e Votação na 1ª Sessão Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Extraordinária, em 26/12/12.

Aprovado em Discussão Final e Votação na 1ª Sessão Extraordinária da 1ª Sessão Legislativa Extraordinária, em 26/12/12.

Aprovado em Votação Única da REdação Final na 2ª Sessão Extraordinária da 1ª Sessão Legislativa Extraordinária, em 26/12/12.

DEPUTADO JOSE ALBUQUERQUE

1º SECRETÁRIO





## AUTÓGRAFO DE LEI NÚMERO CENTO E NOVENTA E QUATRO

## AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL.

## A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ

#### DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito especial à Casa Civil no valor de R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais), na forma do anexo único.

Art. 2º O recurso para atender à despesa prevista nesta Lei decorre do excesso de arrecadação do ICMS.

Art. 3º A inclusão dos valores consignados ao programa e ação, na forma do anexo único desta Lei, fica incorporada ao Plano Plurianual 2012 – 2015, em conformidade com o disposto no art. 10, § 4º da Lei Estadual nº 15.109, de 2 de janeiro de 2012.

Art. 4º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar em até 25% (vinte e cinco por cento) o crédito especial aprovado nesta Lei.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

PAÇO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza,

26 de dezembro de 2012.

\_DEP. ROBERTO CLÁUDIO

PRESIDENTE DEP. DR. SARTO

1.º VICE-PRESIDENTE

DEP. TIN GOMES

2.º VICE-PRESIDENTE

DEP. JOSÉ ALBUQUERQUE

1.º SECRETÁRIO

DEP. NETO NUNES

2.º SECRETÁRIO

DEP. JOÃO JAIME

3.º SECRETÁRIO

DEP. TEO MENEZES

4.º SECRETÁRIO

Secretaria do Planejamento e Gestão do Estado do Ceará - SEPLAG Sistema Integrado de Orçamento e Finanças - SIOF - Módulo de Créditos Orçamentários

ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE O ART. 1º DA LEI Nº , DE DE DE 2012. **CRÉDITO SUPLEMENTAR - DIRETAS** 

Secretaria:

30000000

CASA CIVIL

Órgão: 30000000

CASA CIVIL

Unid. Orçamentária: 30100002

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

Função / Subfunção / Programa

04.131.035 COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL E APOIO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS

Ação

15693 Realização de Eventos de Final de Ano - Reveillon de Fortaleza

Região

Despesa

01 REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA

OUTRAS DESPESAS CORRENTES

Fonte Tipo

00

Valor

Total da Unidade Orçamentária:

2.500.000,00 2.500.000,00 2.500.000,00

Total do Órgão: 2.500.000,00 Total da Secretaria: 2.500.000,00 Total do Movimento:



Secretaria do Planejamento e Gestão do Estado do Ceará - SEPLAG Sistema Integrado de Orçamento e Finanças - SIOF - Módulo de Créditos Orçamentários

ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE O ART. 1º DA LEI Nº , DE DE DE 2012. CRÉDITO SUPLEMENTAR - DIRETAS

Secretaria:

30000000

CASA CIVIL

Órgão: 30000000 Unid. Orçamentária: 30100002 CASA CIVIL

**-----**

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

Função / Subfunção / Programa

04.131.035 COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL E APOIO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS

Ação

15693 Realização de Eventos de Final de Ano - Reveillon de Fortaleza

Região Despesa 01 REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA

**OUTRAS DESPESAS CORRENTES** 

Fonte Tipo

Valor

00 Total da Unidade Orçamentária: 2.500.000,00 **2.500.000,00** 

Total do Órgão: Total da Secretaria: 2.500.000,00 2.500.000,00

Total do Movimento: 2.500.000,00

1

4



## Editoração Casa Civil

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO

Fortaleza, 27 de dezembro de 2012

SÉRIE 3 ANO IV N°244

Caderno 1/3

LEI Nº15.255, de 27 de dezembro de 2012.

#### AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ. Faço saber que a Assembleia Legislativa decretou e eu sanciono a seguinte Le

Art.1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito especial à Casa Civil no valor de R\$2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais), na forma do anexo único.

Art.2º O recurso para atender à despesa prevista nesta Lei decorre do excesso de arrecadação do ICMS.

Art.3° A inclusão dos valores consignados ao programa e ação, na forma do anexo único desta Lei, fica incorporada ao Plano Plurianual 2015, em conformidade com o disposto no art.10, §4° da Lei Estadual nº15.109, de 2 de janeiro de 2012.

Art.4° Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar em até 25% (vinte e cinco por cento) o crédito especial aprovado nesta Lei.

Art.5° Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art.6º Revogam-se as disposições em contrário

PALÁCIO DA ABOLIÇÃO, DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 27 de dezembro de 2012.

Cid Ferreira Gomes GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ Arialdo de Mello Pinho SECRETARIO DE ESTADO CHEFE DA CASA CIVIL Antônio Eduardo Diogo de Siqueira Filho SECRETÁRIO DO PLANEJAMENTO E GESTÃO

ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE O ART.1º DA LEI Nº15.255, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2012

#### CRÉDITO SUPLEMENTAR - DIRETAS

30000000 CASA CIVIL Secretaria: Órgão: 30000000 CASA CIVIL

30100002 COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

Unid. Orçamentária: Função/Subfunção/Programa

04.131.035 COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL E APOIO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS

Ação 15693

Realização de Eventos de Final de Ano - Reveillon de Fortaleza

Tipo Valor Despesa OUTRAS DESPESAS CORRENTES Fonte 2.500.000,00 REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA 00 2.500.000,00 Total da Unidade Orçamentária:

Total do Órgão: 2.500.000,00 2.500.000,00 Total da Secretaria Total do Movimento:

\*\*\* \*\*\* \*\*\*

DECRETO Nº31.086, de 27 de dezembro de 2012.

ABRE AOS ÓRGÃOS E ENTIDADES CRÉDITO SUPLEMENTAR DE

ABRE AOS ORGAGS E ENTIDADES CREDITO SOI ESTEVIA DE R\$35.997.815,49 PARA REFORÇO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS CONSIGNADAS NO VIGENTE ORÇAMENTO.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ, no uso das suas atribuições que lhe confere o inciso IV, do art.88, da Constituição Estadual, combinado com os incisos II e III do §1º, do art.43, da Lei Federal nº4.320, de 17 de março de 1964 e com o inciso I do art.6º da Lei Estadual nº15.110, de 02 de com o inciso II do art.6º da L janeiro de 2012. CONSIDERANDO a necessidade de realocar e suplementar dotações orçamentárias da SECRETARIA DA EDUCAÇÃO - SEDUC, entre projetos e atividades, para atender despesas com a manutenção e funcionamento das unidades escolares da educação básica e contratação e capacitação de professores para as escolas estaduais de educação profissional. CONSIDERANDO a necessidade de suplementar dotações orçamentárias do FUNDO ESPECIAL DO SISTEMA ÚNICO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS E MILITARES, DOS AGENTES

PÚBLICOS E DOS MEMBROS DE PODER DO CEARÁ - SUPSEC, para atender despesas com pensões do montepio.

Art.1° - Fica aberto aos órgãos relacionados acima e na forma dos anexos III e IV constantes do presente Decreto, o crédito suplementar de R\$35.997.815,49 (TRINTA E CINCO MILHÕES, NOVECENTOS E NOVENTA E SETE MIL, OITOCENTOS E QUINZE REAIS E QUARENTA

E NOVE CENTÁVOS) para reforço de dotações orçamentárias consignadas no vigente orçamento.

Art.2° - Os recursos necessários à execução deste Decreto decorrem da anulação de dotações orçamentárias conforme o anexo I (R\$17.820.000,00) e do excesso de arrecadação do ICMS (R\$18.177.815,49).

Art.3º - Este decreto entra em vigor na data da sua publicação. Art.4º - Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, aos 27 de dezembro de 2012.

Cid Ferreira Gomes GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ Antônio Eduardo Diogo de Sigueira Filho SECRETARIO DO PLANEJAMENTO E GESTÃO

ANEXO I A QUE SE REFERE O ART.2º DO DECRETO Nº31.086 DE 27.12.12

#### ANULAÇÃO DE CRÉDITO ORDINÁRIO - DIRETAS

22000000 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO Secretaria: Órgão: 22000000 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO Unid. Orçamentária: 22100022 GABINETE DO SECRETARIO

Função/Subfunção/Programa

12.122.500 GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SEDUC

Pessoal Administrativo e Encargos Sociais - Folha Normal

28655 Tipo Valor Região Despesa